

HABEAS CORPUS Nº 536.319 - CE (2019/0292060-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : NATALIA GOMES DE SOUZA
ADVOGADO : NATALIA GOMES DE SOUZA - CE039231
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
PACIENTE : GLECIO CARVALHO DE AQUINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GLECIO CARVALHO DE AQUINO, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Ceará que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fls. 27/29):

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. AGRESSÕES AO PACIENTE. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. INVASÃO DE DOMICÍLIO. TRÁFICO DE DROGAS. CRIME PERMANENTE. FLAGRANTE CONTINUADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXPRESSIVA QUANTIDADE DE DROGA APREENDIDA. DECRETO PREVENTIVO MOTIVADO IDONEAMENTE. EXCESSO DE PRAZO CONFIGURADO. PACIENTE QUE JÁ POSSUI EXECUÇÃO PENAL. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO INDULTO. EFEITOS DA CONDENAÇÃO QUE PERMANECEM PARA O EFEITO DA REINCIDÊNCIA. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DEFICIENTE DO ESTADO. ORDEM CONHECIDA PARCIALMENTE E DENEGADA.

01. Assevera o impetrante que o acusado sofreu agressões físicas por parte dos policiais que efetuaram a prisão em flagrante e que houve invasão de domicílio, tomando nulas as provas obtidas. Aponta ainda falta de fundamentação na decisão vergastada, assim como excesso de prazo para formação da culpa.

02. No que se refere às supostas agressões ao paciente, tem-se que durante audiência de custódia, foi determinado pelo magistrado a averiguação das mesmas. Contudo, não trouxe o impetrante os laudos dos exames de corpo delito realizados para análise de referida matéria, estando carente de provas pré-constituídas, devendo o mandamus não ser conhecido neste ponto.

03. Também não merece acolhida a assertiva de que houve invasão de domicílio, pois é sabido que os crimes de tráfico de drogas e posse ilegal de arma de fogo, admitem o ingresso na casa do suspeito, independentemente do consentimento do dono da residência ou expedição de mandado, pois tratam-se de crimes permanentes em que o flagrante é contínuo.

04. Observa-se que o decreto preventivo restou fundamentado idoneamente, havendo motivação suficiente a justificar a segregação cautelar para garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e

Superior Tribunal de Justiça

aplicação da lei penal, diante da expressiva quantidade de drogas, anuas e munições apreendidas e reiteração delitiva do paciente, além do acusado ser apontado como um dos líderes de facção criminosa, não configurando constrangimento ilegal por ausência de motivação.

05. No que diz respeito ao alegado excesso de prazo para formação da culpa, nas informações prestadas pela autoridade coatora, fls. 46/47, foi noticiado pelo juízo de origem que na data de 04.07.2019, a audiência de instrução e julgamento foi designada para 06.12.2019, às 10:00h. Nessa esteira, verifica-se que a mora estatal é desarrazoada, vez que ultrapassou os limites da razoabilidade, devendo ser reconhecido o constrangimento ilegal diante da desídia por parte do listado/Juiz na condução do processo, não sendo razoável admitir que o processo esteja com tramitação regular, o que configura constrangimento ilegal pelo excesso de prazo para a formação da culpa.

06. Em consulta ao sistema informatizado deste Tribunal, verifica-se que o acusado possui uma execução penal, processo nº 0004414-95.2007.8.06.0117, que, conquanto sua punibilidade tenha vindo a ser extinta pelo instituto do indulto, esta atinge tão somente a pretensão executória, permanecendo hígidos os demais efeitos penais da condenação, o que revela uma personalidade voltada para o crime e que faz deste seu meio de vida.

07. Se entre a data da extinção da punibilidade pelo indulto e o cometimento de novo fato criminoso não transcorreu prazo superior a cinco anos, não há afastamento dos efeitos da reincidência, nos termos do artigo 64, inciso I, do Código Penal, como no caso em comento havendo ocorrido a extinção da punibilidade em 29.06.2017.

08. Diante a suposta periculosidade do acusado uma vez que tem contra si uma execução penal (execução penal nº 0004414-95.2007.8.06.0117), considerando ainda a prática do delito dos autos, deve-se aplicar ao caso o princípio da proibição da proteção deficiente do Estado-Juiz, posto que o paciente apresenta risco concreto de reiteração delitiva diante da condenação com trânsito em julgado, o que fulmina o argumento do excesso de prazo, devendo ser mantida a custódia preventiva, uma vez que restou aferida a legalidade da medida.

09. Ordem parcialmente conhecida e denegada.

O paciente foi preso em flagrante pela prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

A impetrante busca a revogação da prisão preventiva ou a aplicação de medidas alternativas, sob o argumento de que houve tortura e agressão contra o paciente, bem como invasão de domicílio, sendo nulas as provas produzidas. Acrescenta que pode ser determinado o rastreio da tornozeleira do corréu e das viaturas a fim de demonstrar por quanto tempo ocorreram as agressões e que os materiais não foram apreendidos em sua residência.

Sustenta, ainda, não haver fundamento idôneo a embasar a custódia e

Superior Tribunal de Justiça

excesso de prazo para o término da instrução.

Nesse sentido, requer a concessão do *habeas corpus* para revogação da custódia, a imposição de cautelares diversas e a apuração e rastreio da tornozeleira do corréu e das viaturas envolvidas na apreensão.

É o relatório.

DECIDO.

As matérias relativas ao rastreio da tornozeleira do corréu e das viaturas, assim como a alegação de tortura, não foram objeto de análise do Tribunal de origem, conforme cópia de acórdão de fls. 27/40. Então, esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Por outro lado, a concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

Sobre o argumento de ilegalidade das provas produzidas em inquérito policial, em face da invasão de domicílio, deve-se ressaltar que essa pretensão tem natureza satisfativa, e por isso será analisada no julgamento de mérito.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

A decisão de prisão assim dispôs (fls. 35/36):

[...]. Na sequência, a composição deslocou-se até a Rua Manoel Bezerra dos Santos, n.º 1282. Bairro Bom Jardim, nesta cidade, **casa de GLÉCIO CARVALHO DE AQUINO**, tio de KEVIN, **sendo apreendidos, no Interior do imóvel, onze tijolos de MACONHA; diversas pedras de CKACK; uma BALANÇA DE PRECISÃO; uma PISTOLA calibre 380; um CARREGADOR DE PISTOLA calibre 380. com dezenove MUNIÇÕES calibre 380; um REVÓLVER calibre .38, número de série raspado, municiado com duas CÁPSULAS intactas; um galão de GASOLINA parcialmente cheio; e a quantia de R\$ 1.084,00.**

Dando continuidade à diligência, os policiais foram até a residência de ANTÔNIO DOURADO DA COSTA NETO, situada na Rua Eliane Coutinho, n.º 352, Bairro Bom Jardim, nesta cidade, onde encontraram um tijolo grande de MACONHA; uma BALANÇA DE PRECISÃO; uma PISTOLA calibre 380, número de série raspado, municiada com dez CÁPSULAS; e a quantia de R\$ 382,00.

Há, ainda, informação de que os autuados são integrantes do COMANDO VERMELHO - CV, sendo GLÉCIO CARVALHO DE AQUINO apontado como um dos líderes da mencionada facção criminosa no Bairro Bom Jardim.

Sobre as demais peculiaridades da conduta delituosa, condutor e testemunhas

Superior Tribunal de Justiça

narraram a dinâmica dos acontecimentos, em depoimentos prestados perante a autoridade policial.

A existência do crime e os Indícios de autoria decorrem do auto de apreensão de 0.9, dos laudos provisórios de lis. 39 e 41, das circunstâncias da prisão e dos depoimentos colhidos pela autoridade policial.

No que diz respeito à necessidade da prisão provisória, os elementos coletados no auto flagrancial **demonstram o elevado grau de reprovabilidade da conduta, pois com os custodiados foram apreendidos, no total, SEIS QUILOS E QULNHENTOS E OITENTA DOIS GRAMAS DE MACONHA E NOVECIENTOS E SETENTA E QUATRO GRAMAS DE CRACK, ALÉM DE TRÊS BALANÇAS DE PRECISÃO.** Tal circunstância sugere que os autuados são pessoas de certo prestígio na cadeia criminosa de disseminação de droga, considerada a quantidade de entorpecentes que estava em poder deles, sendo Impensável, a priori, que os mesmos sejam principiantes ou traficantes de pequena relevância. Desse modo, é inquestionável a gravidade concreta da conduta supostamente perpetrada, principalmente por ser o comércio ilícito de estupefaciente propalador de violência, além de causar intranquilidade e desespero a população (Fortaleza está hoje combatida pela quantidade absurda de delitos graves, em sua maioria motivados pelo tráfico de drogas, tanto que alcançamos o vergonhoso 12.º lugar entre as cidades mais violentas do mundo - dados da ONG "SEGURIDAD. JUSTICIA Y PAZ")

Anoto, ainda, a circunstancia de terem sido apreendidas, sob a posse e guarda dos autuados. ARMAS DE TOGO E MUNIÇÕES.

Ressalte-se, também, os indicativos de que os aprisionados são integrantes do COMANDO VERMELHO - CV, com a informação de que GLÉCIO CARVALHO DE AQUINO seria um dos “líderes” da mencionada facção criminosa no Bairro Bom Jardim.

Tratam-se, portanto de pessoas realmente perigosas, cuja liberdade expõe a ordem e a saúde pública a perigo concreto e Imediato, sendo a imposição do cárcere medida necessária para o encerramento das atividades ilícitas por eles supostamente perpetradas.

[...]

Constato, também, que a conduta delituosa sob apuração não foi um ato isolado na vida dos autuados GLÉCIO CARVALHO DE AQUINO e KEVIN AQUINO CAMPOS, como passo a expor. **GLÉCIO CARVALHO DE AQUINO ostenta CONDENAÇÃO PROVISÓRIA pelo delito de TRÁFICO DE DROGAS, na qual lhe foi imposta pena carcerária de seis anos e seis meses de reclusão (3ª Vara de Delitos de Tráfico de drogas desta Comarca).**

[...]

Portanto, entendo presentes elementos a indicar a predisposição dos flagranteados GLÉCIO CARVALHON DE AQUINO o KEVIN AQUINO CAMPOS no cometimento de condutas delitivas devastadoras para a sociedade, como é comércio Ilícito do drogas, havendo probabilidade concreta de outras ações criminosas se forem colocados em liberdade, estando justificada a imposição do cárcere também paro o

prevenção de novas infrações penais (o conceito de ordem pública abrange a efetiva probabilidade de repetição de conduta delituosa).

[...]

As mesmas circunstâncias e fundamentos acima delineados demonstram que a aplicação de qualquer outra medida cautelar diversa da prisão, dentre aquelas previstas no art. 319 do CPP, ou mesmo atípicas, seria providência inócua, pois nenhuma delas é capaz de preservar a ordem pública que se encontra vulnerada diante de uma conduta de gravidade em concreto, reveladora de um comportamento que demonstra, nesta ocasião, ser a liberdade dos autuados socialmente prejudicial.

Por fim, a tese defensiva de negativa de autoria deve ser objeto de sustentação no decurso da Instrução criminal, em juízo de cognição ampla, pois depende de dilação probatória, procedimento inviável em sede de audiência de custódia.

Diante dos elementos acima relatados, entendo que se encontram presentes os requisitos para embasar a custódia cautelar. haja vista a presença, em concreto, do *fumus comissi delicti* e do *periculum libertatis*.

Isto posto, considerando o que dos autos consta e os princípios de direito aplicáveis a espécie, sobretudo levando-se em consideração que há indícios suficientes da autoria. **CONVERTO A PRISÃO FLAGRANCIAL DE GLÉCIO CARVALHO DE AQUINO, KEVIN AQUINO CAMPOS e ANTÔNIOO DOURADO DA COSTA NETO EM PRISÃO PREVENTIVA**, o que faço com amparo nos arts. 310, 312 e 313, todos do CPP. [...]

Como se vê, consta na decisão de prisão narrativa fática que aponta a gravidade concreta da conduta criminosa, tendo sido apreendidos onze tijolos de maconha e várias pedras de Crack, balança de precisão e duas armas e diversas munições na casa do paciente, com apreensão, no total, contando as apreensões dos corréus, de 6,580kg e 974g de crack, bem como referência ao fato de que é um dos líderes da facção criminosa Comando Vermelho na localidade e que ostenta condenação, sem trânsito em julgado, por tráfico, o que, neste juízo liminar, constitui base empírica idônea para determinar a custódia.

Pacífico é o entendimento nesta Corte Superior de que, embora não sirvam fundamentos genéricos (do dano social gerado por tráfico, crime hediondo, ou da necessidade de resposta judicial) para a prisão, podem a periculosidade e riscos sociais justificar a custódia cautelar no caso de tráfico, assim se compreendendo a especialmente gravosa natureza ou quantidade da droga. Nesse sentido: HC n. 291125/BA – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 3/6/2014; AgRg no RHC n. 45009/MS – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014; HC n. 287055/SP – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 23/5/2014; RHC n. 42935/MG – 6ª T. –

Superior Tribunal de Justiça

unânime – Rel. Min. Sebastião Reis Júnior – DJe 28/5/2014.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública, quanto mais diante da complexidade dessa organização, evidenciada no número de integrantes e presença de diversas frentes de atuação. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014. Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.

Ademais, havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, visto que insuficientes para resguardar a ordem pública. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, ao menos em cognição sumária, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar o deferimento da medida de urgência, pois, se faz necessário exame circunstancial do prazo de duração do processo.

Ante o exposto, indefiro a liminar.

Superior Tribunal de Justiça

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 1º de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator

